



**UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM
ESCOLAS DE SANTA MARIA/RS**

Sarine Gonçalves da Silva

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM
ESCOLAS DE SANTA MARIA/RS**

Sarine Gonçalves da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Educação Especial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Educação Especial**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabrina Fernandes de Castro

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

Centro de Educação
Curso Graduação em Educação Especial

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Trabalho de Conclusão de Curso

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS DE SANTA MARIA/RS**

elaborada por
Sarine Gonçalves da Silva

como requisito final para obtenção do grau de
Licenciada em Educação Especial

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Drª. Sabrina Fernandes de Castro (UFSM)
(Orientadora/Presidente)

Profª. M.s Tatiane Negrini
(UFSM)

Profª. M.s Cláucia Honnef
(UFSM)

Santa Maria, 11 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Aos meus **avós**, pela existência de meus pais, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

A meus **pais**, pelo dom da vida que me concederam, pelos exemplos que são, pelo eterno amor e a dedicação constante, por serem fortes e terem aguentado este tempo que passamos longe para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Ao meu **irmão**, pelo amor incondicional, pelos ricos momentos da nossa infância, desde pequenos sabia que o meu maior sonho era ser professora. Principalmente por acreditar em mim e pelas lições de vida, pois como irmã mais velha deveria ter lhe passado estes ensinamentos, mas tu os fizeste e saibas que és o meu maior orgulho.

Ao meu **namorado**, que sempre me deu forças para seguir em frente, pelo amor e carinho a mim depositados, pela paciência durante as semanas lotadas de trabalhos, por compartilhar angústias, alegrias e conquistas durante estes anos de graduação. Sobretudo pelo crescimento pessoal e profissional, no qual pudemos trocar experiências e vivências entre nossas áreas e de algum modo ou outro ter refletido na tua formação como professor também, parabéns pra nós.

Aos meus **amigos** que sempre estiveram do meu lado me apoiando em todos os momentos, em especial a minha amiga **Luma Montebianco** que durante esses quatro anos de graduação foi muito mais que uma amiga, pelas horas incansáveis de conversas, pelas inúmeras produções realizadas juntas e tantos outros momentos eternizados em nossas memórias, a minha amiga **Marcinha Melo**, pelos longos anos de amizade, pelos conselhos, por me incentivar e não me deixar desistir dos meus sonhos, ao meu amigo **Igor Lima** pelo apoio e dedicação constante, por

ter compartilhado grandes conquistas, e nunca ter desistido de mim. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro melhorou tudo o que tenho produzido na vida.

Ao **PIBID – Educação Especial**, pelas experiências enriquecedoras na minha formação e a oportunidade de ter feito grandes amigos, com certeza lembrarei de todos vocês com muito carinho.

Aos meus **alunos**, que me deram a certeza da minha formação, pois sem eles nada disso se concretizaria. Para vocês deixo esta mensagem e o meu aplauso: "Toda pessoa deveria ser aplaudida de pé pelo menos uma vez na vida, porque todos nós vencemos o mundo.". Sem vocês eu não teria vencido!

A Professora **Sabrina Castro** pela disponibilidade, paciência e orientação nesta pesquisa, pelos momentos de insegurança e "puxões de orelha", que além dos conhecimentos compartilhados, foi uma grande amiga com uma simpatia contagiante. Principalmente por acreditar no meu potencial desde o início, por me incentivar a pesquisar e investigar. Sinto-me honrada por ter realizado este trabalho sob sua orientação.

RESUMO

Trabalho Final de Curso
Curso de Graduação em Educação Especial - Licenciatura Plena
Universidade Federal de Santa Maria

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS DE SANTA MARIA/RS

Autora: Sarine Gonçalves da Silva

Orientadora: Sabrina Fernandes de Castro

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de dezembro de 2014.

O seguinte trabalho originou-se com a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa denominado Observatório Santa-Mariense de Educação Especial, o qual desenvolveu pesquisas no âmbito do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), coordenado nacionalmente pela professora doutora Enicéia Gonçalves Mendes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desta forma, este Trabalho de Conclusão de Curso busca conhecer a organização e o funcionamento das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a fim de analisar os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais no contexto das escolas da educação básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino do município de Santa Maria/RS. Assim, essa pesquisa trás, também, um estudo referente as políticas públicas que permeiam a Educação Especial com foco no Atendimento Educacional Especializado e nas Salas de Recursos Multifuncionais. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevistas adaptadas do ONEESP. As entrevistas foram realizadas com três professores de Sala de Recursos Multifuncionais que oferecem o Atendimento Educacional Especializado em duas escolas das redes públicas de ensino. Realizar esta pesquisa foi de extrema relevância para a minha formação como educadora especial, pois conhecer um dos espaços no qual poderei exercer minha docência implica em compreender a grande diversidade que é o contexto escolar. A partir das entrevistas e análises, foi possível perceber o quanto as docentes de ambas as redes de ensino, têm se deparado com as mesmas dificuldades e estão buscando que o seu papel enquanto docentes de Sala Recursos Multifuncionais se efetive no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncionais.

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|-----------|
| Anexo A – Entrevista..... | 46 |
| Anexo B – Termo de Consentimento..... | 51 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| 1. CAMINHOS INVESTIGATIVOS | 14 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 19 |
| 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 27 |
| 3.1. RELAÇÃO COM A ESCOLA | 27 |
| 3.1.1. POSSIBILIDADES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS | 27 |
| 3.1.2. CONTRATURNO | 28 |
| 3.1.3. REDES DE APOIO | 29 |
| 3.1.4. PARCERIA ENTRE PROFESSORES DO ENSINO REGULAR E SRM | 31 |
| 3.1.5. RELAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS TRABALHADOS | 32 |
| 3.1.6. O PAPEL DO PROFESSOR DA SRMS | 34 |
| 3.2. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NAS SRMS E CLASSES COMUNS | 35 |
| 3.2.1. FUNÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO | 35 |
| 3.2.3. DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS PROFESSORAS | 36 |
| 3.2.4. ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA | 38 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 42 |
| ANEXOS | 45 |

APRESENTAÇÃO

Minhas dúvidas quanto à vida profissional começaram quando decidi cursar o Curso Normal, pois fiquei na expectativa de passar na prova seletiva, já que não me imaginava fazendo outra coisa, para minha surpresa ou não, foi à aprovação. Então, no ano de 2007 curso o Magistério, com o passar do tempo me deparei com a quantidade enorme de matérias e o aumento das responsabilidades também, pois no final do curso havia o tão *temido* estágio. Ao longo deste percurso encontrei muitos amigos que me apoiaram e não me deixaram desistir desta caminhada.

No ano de 2010 terminei meu estágio e neste mesmo ano fiz a minha inscrição para o vestibular no Curso de Educação Especial da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria).

A escolha pelo Curso de Educação Especial foram muitas, entre elas a minha curiosidade de trabalhar com alunos público-alvo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Assim como mudar de cidade, já que nos últimos anos do Curso Normal ouvi falar muito da existência do Curso de Educação Especial em Santa Maria.

Há quem diga que a escolha na área da educação surgiu da profissão do meu pai, professor de Biologia, admito que ele foi e é um grande exemplo, mas lembro que desde pequena adorava brincar de “escolinha” no qual o meu irmão era o meu “aluno”, lembro também da minha mãe contar que eu era muito preocupada com as provas que meu pai corrigia e eu dizia para o meu irmão: “Não mexe nas prova dos alumni do pai!”. Compreendo assim que a minha única certeza deste então é exercer a docência.

Em janeiro de 2011, prestei o vestibular, e neste mesmo período foi a minha formatura do Curso Normal, para minha alegria na mesma semana saiu a tão esperada lista de aprovados, me tornei *Bixo Educação Especial*, começando neste ano minha vida acadêmica.

Durante estes quatro anos de faculdade participei de projetos voluntários, na ONG - Infância-Ação em uma turma de Educação Infantil, na Escola Especial Antônio Francisco Lisboa, e também no projeto de Estimulação Essencial do NEPES (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial) e no Grupo de

Estudos e Pesquisa denominado Observatório Santa-Mariense de Educação Especial.

Com certeza estas foram experiências enriquecedoras para minha formação e também um dos meus primeiros contatos com a prática. Aprendi como se dá o processo de desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial, sobretudo nestes projetos, observações e estágios nas escolas.

E principalmente neste último ano de curso com as experiências que o PIBID – Educação Especial me proporcionou estar diretamente em contato com a prática. Estas práticas vieram a contribuir na minha formação e a confirmar a escolha da minha profissão, posso dizer que nasci para exercer a profissão de Educadora Especial, pois amo o que faço.

Deste modo as inquietações que essa pesquisa irá apresentar originaram-se a partir destas experiências e com a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa denominado Observatório Santa-Mariense de Educação Especial (OSMEESP), cujo projeto principal de pesquisa foi “O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais: Funcionamento, Formação de Professores e Avaliação”.

No qual o projeto desenvolveu pesquisas no âmbito do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), coordenado nacionalmente pela professora doutora Enicéia Gonçalves Mendes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo objetivo geral é realizar uma avaliação de âmbito nacional do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) (Mendes, 2010).

Desta forma, este Trabalho de Conclusão de Curso busca conhecer a organização e o funcionamento das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio a escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a fim de analisar os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos nas Salas de Recursos Multifuncionais no contexto das escolas da educação básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino do município de Santa Maria/RS. Assim, a pesquisa se realizou em duas escolas, uma de cada rede de ensino.

Trago, na segunda parte deste estudo, o caminho da investigação, pontuando o contexto da pesquisa e o percurso escolhido para o desenvolvimento do trabalho

com as professoras de Sala de Recursos Multifuncionais das escolas da rede pública de Santa Maria.

Na terceira parte, apresento o contexto da pesquisa a partir de um estudo referente às políticas públicas que permeiam a Educação Especial com foco no Atendimento Educacional Especializado e as Salas de Recursos Multifuncionais, que serviu de base para a pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso.

E no quarto e último capítulo, a análise e discussão dos dados e concluo com as considerações finais a partir da retomada da análise dos dados explorados.

Segunda Parte

1. CAMINHOS INVESTIGATIVOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso originou-se a partir da minha participação no Grupo de Estudos e Pesquisa denominado Observatório Santa-Mariense de Educação Especial (OSMEESP), cujo projeto principal de pesquisa foi “O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais: Funcionamento, Formação de Professores e Avaliação”.

As pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa denominado Observatório Santa-Mariense de Educação Especial (OSMEESP) desenvolveram pesquisas no âmbito do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), coordenado nacionalmente pela professora doutora Enicéia Gonçalves Mendes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo objetivo geral é realizar uma avaliação de âmbito nacional do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) (Mendes, 2010).

A problemática da pesquisa consiste em analisar os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais no contexto das escolas da educação básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino do município de Santa Maria/RS.

Sendo assim, para desenvolver este trabalho optei pela abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2004) centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, pois é um processo que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. Deste modo a pesquisa qualitativa busca respostas a cerca da temática da pesquisa, com o intuito de analisar os dados do contexto escolar.

Nessa perspectiva o *locus* para esta pesquisa foram escolhidas duas escolas de educação básica aleatoriamente, uma de cada rede, Municipal e Estadual de Ensino do município de Santa Maria/RS.

As entrevistas foram realizadas com três professores de Sala de Recursos Multifuncionais que oferecem o AEE nas redes pública de ensino, duas da rede Estadual e uma da rede Municipal.

Sendo a primeira denominada P1, formada em Educação Especial – Habilitação em Deficiência Mental, especialização em Educação Especial e Mestrado em Educação, a segunda P2 possui graduação em Pedagogia,

especialização em Educação Especial e Mestrado em Educação e a terceira P3 graduada em Educação Especial - Habilitação Deficiência Mental, Especialização em Educação Especial e Mestrado em Educação.

A primeira escola é regida pelos órgãos estaduais de ensino, sendo assim a sua mantenedora é a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do sul, sob jurisdição da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE).

A escola contempla o Ensino Fundamental de nove anos, porém neste ano ainda há uma turma de 8ª série do regime de Ensino Fundamental de oito anos, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Alunos (EJA – Ensino Fundamental e Médio) nos três turnos de funcionamento.

Atualmente, a escola conta com um corpo docente de 56 professores e 17 funcionários, atende aproximadamente 729 alunos dentre estes 33 alunos são considerados público-alvo da Educação Especial. A faixa etária dos alunos público-alvo da Educação Especial é diversificada, pois existem alunos entre dez anos de idade e 44 anos de idade.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP/SN) da instituição contempla na proposta pedagógica a perspectiva de uma educação inclusiva sendo essencial ao atendimento e ao desenvolvimento das capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola da rede municipal atualmente conta com 215 alunos, durante a tarde são atendidos os alunos da pré-escola ao 4º ano e do 5º ao 9º ano são atendidos no turno da manhã, tendo um total de 21 professoras com a equipe diretiva e três funcionários.

A proposta pedagógica (PPP, SN) se dá em preparar os alunos para exercício da cidadania de forma consciente, crítica, ética, política e estética, buscando o desenvolvimento integral do educando. Além disso, visa atender a multiplicidade dos alunos, conhecendo e respeitando suas potencialidades e dificuldades; oportunizar atividades que exijam expressão oral e escrita de observações e leituras diversas onde os alunos possam ser agentes da construção do conhecimento; conduzir uma aprendizagem com qualidade, promovendo ações que possibilitem a integração e participação da comunidade escolar, num clima de harmonia, bem estar e felicidade.

A SRM é restrita, tendo dois armários, uma mesa, para atendimento dos alunos e um computador, além de jogos e atividades que a educadora especial utiliza com as crianças.

A comunidade escolar abrange famílias carentes, simples, vinda de uma comunidade com pouco recurso informativo, responsável, na sua maioria interessada, participativa e com algumas dificuldades na expressão oral e escrita devido à visão restrita de mundo.

As escolas não dispõem de condições de acessibilidade em alguns aspectos, como falta de rampas de acesso, no acesso ao pátio, à biblioteca, as salas de aula, banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, entre outros.

Segundo Sasaki

acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. (2009, p. 2)

Portanto, acessibilidade vem a quebrar as barreiras que impossibilitam o acesso das pessoas com deficiência ao ambiente escolar, aqui em questão.

Como instrumento para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista com o total de trinta e seis perguntas adaptada do *“Formulário para caracterização dos professores de salas multifuncionais ou de recursos”* e do *“Roteiro de questões disparadoras para as entrevistas de grupos focais de professores de salas de recursos”* elaborados pelo grupo de pesquisadores do ONEESP da UFSCar sob orientação da professora doutora Enicéia Mendes. Para a análise deste estudo foram usadas as questões dos eixos temáticos 2 e 3 do *“Roteiro de questões disparadoras para as entrevistas de grupos focais de professores de salas de recursos”*, o eixo 1 foi utilizado apenas para discussões.

Essas entrevistas foram gravadas e transcritas e após analisadas, pois constam informações que dizem respeito ao tema da pesquisa, com o objetivo de registrar fatos percebidos no campo desta temática. A coleta de dados ocorreu nas dependências das próprias escolas, durante o 2º semestre do ano de 2014.

Segundo Manzini (1990, 1991) a entrevista tem como característica principal o uso de um roteiro previamente preparado com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. Dessa forma, para o autor, pode ser uma forma mais livre de emergir informações e respostas para a temática. Portanto, a entrevista é uma conversa entre os interlocutores, com o propósito de construir informações coerentes aos objetivos da pesquisa e a abordagem de temas referentes a este estudo.

A descrição dos resultados foi organizada em categorias conforme análise dos itens que mais coincidiram a partir dos relatos das participantes no que se refere ao funcionamento das SRMs.

As categorias serão apresentadas divididas em dois eixos, primeiro a Relação com a Escola e segundo a Organização do Ensino nas SRMs e nas Classes Comuns.

- Relação com a Escola:
 - ✓ Possibilidades das salas de recursos;
 - ✓ Contraturno;
 - ✓ Redes de Apoio;
 - ✓ Parceria entre professores do ensino regular e SRM;
 - ✓ Relação entre os conteúdos trabalhados.
- Organização do Ensino das SRMs e Classes Comuns:
 - ✓ Função da Escolarização;
 - ✓ Dificuldades encontradas pelas professoras;
 - ✓ O papel do professor do SRMs;
 - ✓ Atividades de vida diária.

Na quarta parte deste estudo serão apresentadas cada uma das categorias e suas respectivas análises.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na realização desta investigação sobre a Organização e Funcionamento do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais, faz-se necessário um estudo referente as políticas públicas que permeiam a Educação Especial com foco no AEE e as Salas de Recursos Multifuncionais.

Neste estudo percebemos que inicialmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), passa a estabelecer os direitos da pessoa com deficiência, na qual são destacados os direitos educacionais destinados a estas pessoas.

Conforme o Art. 58º, parágrafo 2º no qual enfatiza que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.”. Assim, o Atendimento Educacional Especializado pode ocorrer tanto em escolas comuns como em escolas especiais, quando este serviço não puder ser ofertado em escola comum.

De acordo com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999) (Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89) consta no Art. 24 parágrafo 2º “A Educação Especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.”.

Percebemos que a Educação Especial é um processo flexível e obrigatório de acordo com estas políticas. A partir disso, percebe-se que o aumento das políticas voltadas às pessoas público-alvo da Educação Especial, assim o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) passa a instituir vinte e oito objetivos e metas para Educação Especial. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) garante os serviços de Educação Especial sempre que necessários aos alunos público-alvo da Educação Especial, sendo estes de qualidade para o processo formativo destes alunos.

Após estes documentos, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (2006), aponta que o trabalho realizado nas salas de recursos tem como objetivo:

promover um acompanhamento mais próximo e sistematizado das atividades e conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas, bem como, orientações gerais aos professores, que já estão (re)significando as relações do aluno em sala de aula e os processos de ensino-aprendizagem. (p. 67)

Assim, o AEE é um serviço da Educação Especial e deve fazer parte do projeto pedagógico da escola. Sendo oferta obrigatória dos sistemas de ensino, o AEE para os alunos público-alvo da Educação Especial.

Portanto o AEE visa um ensino complementar e/ou suplementar a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, não sendo substitutivo ao ensino regular. Assim, os objetivos instituídos favorecem o acesso ao conhecimento, assim como o apoio necessário às necessidades dos alunos. Cabe ressaltar que (Art. 7º) “O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.” (BRASIL, 2001)

Assim, fica entendido os alunos público-alvo da Educação Especial como aqueles que possuem necessidade educacional especial:

não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; • alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; • alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico (ALVES, 2006, Apud MILANESI e MENDES, 2014, p. 10).

Deste modo a Sala de Recursos Multifuncionais é definida como

um espaço para a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (ALVES, 2006, Apud MILANESI e MENDES, 2014, p. 10)

Pensando nisto, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007) visa:

Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular. (p.01)

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço na escola com mobiliários, recursos, destinado a ofertado do AEE. Este atendimento é feito por um profissional

da Educação Especial a fim de atender as necessidades dos alunos nas classes comuns.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva entende-se que o AEE:

[...] tem-se constituído como serviço predominante na área da Educação Especial. Ao compor uma política educacional de inclusão escolar, é possível observar sua expansão no interior das redes de ensino. O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. [...] (BRASIL, 2008, p. 10).

Portanto atualmente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), é o documento que tem norteado as práticas inclusivas, assim como orientado o acesso e a permanência dos alunos público-alvo da Educação Especial na escola regular de ensino. Assim, a demanda encontrada nas escolas está cada vez maior, portanto é necessário garantir práticas pedagógicas, que garantam a aprendizagem de todos os alunos.

Sobre a importância desse atendimento, Batista e Mantoan (2006, p.26) destacam que:

O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos representam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aulas comuns do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular. (p.26)

Cabe definir o que, atualmente, são considerados público-alvo do AEE (Art. 4º):

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico,

síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Por meio desta Resolução de 2009, fica claro o público-alvo da Educação Especial, portanto, estes alunos têm o direito de receber AEE sendo este complementar e/ou suplementar.

Assim, fica entendido que o público-alvo da Educação Especial atualmente passa a ser determinado pela política, sendo alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Destaco aqui que

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; (BRASIL, 2009)

Conforme as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica apontam que para atuar no AEE o professor (art. 12):

deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de

acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Deste modo as funções do professor da SRMs vão para além da Sala de Recursos Multifuncionais, por exemplo, manter um vínculo com os professores do ensino regular a fim de pensar estratégias a serem desenvolvidas no âmbito escolar e uma parceria com os familiares destes alunos atendidos.

Lembrando que o AEE é um “conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, [...] à formação dos alunos público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular”. (BRASIL, 2010)

Conforme Nota Técnica Nº 11 (2010):

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado – AEE de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da educação especial.

Assim o AEE tem como objetivo:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011)

O professor da SRMs deverá orientar os demais professores do ensino regular de modo que articulem conhecimentos e pensem em recursos pedagógicos para desenvolver com os alunos público-alvo.

O importante é o investimento que deve haver tanto do professor do AEE quanto do professor do ensino regular, apostando que todos aprendemos, independentemente das incapacidades que possamos supostamente possuir. Portanto, todos os alunos aprendem e o professor precisa disponibilizar recursos e estratégias pedagógicas para que seu aprendizado seja facilitado. (ALVES, 2012, p.37)

Deixando claro que este não é um espaço isolado, mas sim um trabalho articulado entre todos da escola. Para tais resultados é necessária a parceria da escola como um todo.

Sobre as funções da escola cabe ressaltar que o AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, cabe não somente a ela, mas também a escola

A escola deverá ter um plano de AEE para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e para a definição dos recursos e atividades que serão desenvolvidas tendo em vista as especificidades dos alunos. (ALVES, 2012, p.40)

A função deste atendimento tem a intenção de fazer articulações entre a Educação Especial e as demais áreas de ensino a fim de contemplar a aprendizagem dos alunos no ensino regular. Segundo Alves este documento também “reafirma o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, recebendo, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado.” (2012, p.33)

Ao se tratar da organização do AEE em salas de recursos multifuncionais, a coleção “A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar” orienta que:

A organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças. Há alunos que frequentarão o AEE mais vezes na semana e outros, menos. Não existe um roteiro, um guia, uma fórmula de atendimento previamente indicada e, assim sendo, cada aluno terá um tipo de recurso a ser utilizado, uma duração de atendimento, um plano de ação que garanta sua participação e aprendizagem nas atividades escolares. Na organização do AEE, é possível atender aos alunos em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos. É possível, por exemplo, atender a um grupo de alunos com surdez para ensinar-lhes LIBRAS ou para o ensino da Língua Portuguesa escrita. (ROPOLI, 2010, p.22)

Deste modo, a SRMs é um espaço de apoio, onde é ofertado o AEE, devido ao seu ambiente especializado, ou seja, com recursos diferenciados para atender a demanda do público-alvo da Educação Especial. A fim de desenvolver atividades e/ou habilidades para o melhor desenvolvimento desses alunos, visando atender esta demanda no âmbito escolar. “O professor do AEE utilizará esse espaço para

trabalhar em turno inverso ao do ensino regular, de acordo com a necessidade específica de cada aluno” (Alves, 2012, p.44).

Segundo Milanesi (2012) os documentos legais voltados à inclusão escolar, devem suprir as demandas necessárias para garantir o real aprendizado dos alunos, bem como oferecer condições estruturais e profissionais para atender esta demanda. A educação inclusiva como um processo que inclui todas as pessoas, independentemente, de suas diferenças, na rede regular de ensino, em todos os níveis e modalidades.

Assim, para que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva seja efetivada, é necessário entender quais os objetivos do Atendimento Educacional Especializado oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais, assim como quem são os alunos público-alvo da Educação Especial. Atualmente a política define o público-alvo do AEE, alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido nas SRM é pedagógico, visa desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado dos alunos em sala de aula.

O professor do AEE um tem um plano pedagógico exclusivo para cada aluno, com as atividades que irá desenvolver ao longo do ano e conforme as necessidades de cada um e o tempo estimado de cada atendimento. Vale ressaltar a importância da comunicação e parceria entre os docentes.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentadas as categorias divididas em dois eixos, primeiro a Relação com a Escola e segundo a Organização do Ensino nas SRMs e nas Classes Comuns.

3.1. RELAÇÃO COM A ESCOLA

Aspectos apontados sobre a escola em relação à Sala de Recursos Multifuncionais. Para melhor entendimento será apresentado em subcategorias, quais sejam:

- ✓ Possibilidades das salas de recursos;
- ✓ Contraturno;
- ✓ Redes de Apoio;
- ✓ Parceria entre professores do ensino regular e SRM;
- ✓ Relação entre os conteúdos trabalhados;
- ✓ O papel do professor da SRMs.

3.1.1. Possibilidades das Salas de Recursos Multifuncionais

No que diz respeito às possibilidades que a Sala de Recursos Multifuncionais oferece, uma das principais é a oferta do AEE na própria escola, atendendo assim as necessidades específicas dos alunos. Além disso, visando o atendimento dos alunos de modo que:

[...] possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola (RAPOLI, 2010, p.18).

Ao se referir a esse tema as professoras afirmam:

[...] é um apoio muito importante pros alunos, pros professores, pras famílias, facilitou bastante a inclusão só que ainda tem muito a que se conseguir (P1).

[...] possibilidades bem significativas. A gente não pode quantificar eu acho que a gente tem qualificar então partindo desse critério eu acredito que as SRM têm feito diferença significativamente no desenvolvimento desses alunos (P2).

Nesse sentido, concorda-se com as entrevistadas, pois a Sala de Recursos Multifuncionais tem oferecido um serviço que atende as necessidades dos alunos e dos professores do ensino regular também, visando à inclusão desses alunos em sala de aula.

3.1.2. Contraturno

No geral as professores tentam atender seu alunos no contraturno, sendo esta uma exigência estabelecida por lei, conforme a Nota Técnica nº 09/10, que determina:

a) A oferta do atendimento educacional especializado – AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos público alvo da educação especial, no contraturno do ensino regular; (BRASIL, 2010, p. 01).

A seguir os relatos das professoras:

Eu atendo a maioria dos alunos no contraturno, mas tem alunos que eu retiro da sala de aula pra atender no turno. Por mais que eu tire eles da sala, eu acredito que de forma alguma é um tempo perdido, tudo se soma a aprendizagem desses alunos. [...] no contraturno, eu não teria horário pra todos os alunos até porque as escolas elas se organizam. [...] eu tenho outra escola também, a sala também tem outra educadora especial que tem outros alunos. (P1)

No contraturno as faltas são constantes. É regra que os alunos sejam atendidos em turno inverso, isso quase nunca acontece [...] Seja pela dificuldade de locomoção, seja pelo apelo dos pais e professores. Consigo atender alguns alunos no contraturno [...] Infelizmente os outros, que não tem como vir dois turnos, são atendidos em horário de aula. (P3)

Conforme a fala da professora P3 esta destaca que mesmo estando

estabelecida na política que os alunos sejam atendidos no turno inverso tem sido uma problemática. Para a professora P1o que tem dificultado o AEE no turno inverso são as condições no qual vem desenvolvendo o seu trabalho, ou seja, a pouca carga horária disponível na escola, havendo assim a necessidade de 40h apenas nesta escola.

Assim, é perceptível que os motivos que levam as professoras a atenderem os alunos no turno da aula são dos mais variados, pois como ressalta a professora P3 as faltas no contraturno são constantes.

Percebe-se também que há uma organização para que as professoras utilizem a SRM, dificultando assim o atendimento no contraturno, questões como o comprometimento familiar acarretam na presença (ou ausência) dos alunos a este atendimento. Sendo assim uma das alternativas encontradas pelas professoras para atender os alunos é no próprio turno para que estes não fiquem sem o AEE.

Conforme ressalta a professora P1 mesmo o atendimento sendo no contraturno, o aluno estará adquirindo e desenvolvendo novos conhecimentos e habilidades, visto que é estabelecido um consenso pelas professoras, para que o AEE seja realizado.

3.1.3. Redes de apoio

Conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2008) na Educação Básica, pressupõe que as *“Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE”*.

A partir disso ao serem questionadas sobre o assunto as professoras dizem que:

[...] o ideal seria que a gente tivesse centros de referências na cidade. [...] oficinas de artes, oficinas de dança e explorar essas outras questões que a gente não tem até o momento aqui na escola. (P1)

[...] auxílio de Fonoaudiologia, de Terapeutas Ocupacionais, mas o AEE ele pode se expandir um pouquinho mais, por exemplo, [...] usar mais a

biblioteca da escola, usar mais o laboratório de informática da escola, usar mais o laboratório de ciências da escola, atuar mais no pátio da escola. (P2)

Assim, as professoras destacam a necessidade de estabelecer redes de apoio, principalmente na área da saúde, no qual a escola não abrange. Fazendo-se necessário a articulação com estes profissionais para melhor desenvolvimento destes alunos atendidos.

A professora P3 ressalta:

A rede de apoio precisa ser formada por outros profissionais que muitas vezes se fazem necessários (psicólogos, neuro, fono...) e que muitas vezes não se consegue.

Diante disto, percebemos que ambas as docentes (P2 e P3) salientam a importância dos profissionais da área da saúde, a fim de melhorar o desenvolvimento dos seus planejamentos e refletindo assim nos processos de aprendizagem dos alunos.

Além dos profissionais da área da saúde a professora P1 ressalta a importância das oficinas relacionadas à área das artes, pois esta também é uma rede de apoio necessária a ser trabalhada com os alunos público-alvo da Educação Especial. Pensando nesta questão, a parceria entre os professores poderia ser uma ferramenta para articular as áreas promovendo uma interdisciplinaridade entre ambas de modo que causasse interação entre alunos, professores e demais.

Sabemos que os alunos podem se expressar das diferentes maneiras, por exemplo, através da dança, então, estabelecer relações com outros profissionais, de modo que a aprendizagem possa ser alcançada por meio de inúmeras possibilidades, assim fazendo relação com os conteúdos trabalhados em sala de aula e desenvolvendo as habilidades específicas de cada aluno em cada área do saber.

De acordo com ROPOLI et. al. (2010)

No PPP, devem ser previstos a organização e recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoio internos e externos à escola (2010, p. 20).

Portanto para garantir a aprendizagem dos alunos é fundamental estabelecer parcerias entre os professores do ensino regular, familiares e profissionais de outras áreas, como destacados pelas entrevistadas principalmente pelos profissionais da área da saúde. Ressaltando, a parceria estabelecida entre os demais profissionais faz parte do processo de aprendizagem dos alunos, sendo assim este não é uma responsabilidade somente do professor da Sala de Recursos Multifuncionais, mas de todos envolvidos com estes sujeitos.

3.1.4. Parceria entre professores do ensino regular e SRMs

No geral as professoras dizem haver uma boa relação entre elas e os demais professores do ensino regular, havendo poucos conflitos. Vejamos algumas falas:

Uma relação de parceria, o professor tem que trabalhar em conjunto em benefício do aluno. [...] fazendo essa troca com o professor como aqui é um trabalho mais individualizado, pra gente junto avaliar que progresso o aluno teve, o que precisa melhorar, a educadora especial também sugerir atividades pro professor desenvolver em sala de aula. (P1)

A relação é total, embora exista um certo “ranço” entre as partes. (P3)

A respeito destas falas relatadas, as professoras afirmam que geralmente é estabelecida uma relação com as professoras da sala comum, sendo possível dar sugestões para serem desenvolvidas em sala de aula.

Conforme a Resolução Nº 04/2009, estabelece esta ação como papel do professor da SRMs

4 - Estabelecer articulação com os professores da sala comum, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares...” (BRASIL, 2009, p. 3).

Deste modo, percebemos que mesmo havendo alguns desacordos entre as professoras do ensino regular e professoras da SRMs, estas procuram estabelecer

diálogos constantes a fim de identificar as barreiras que impossibilitam a aprendizagem destes alunos em sala de aula.

Como resalta a professora P2:

Eu acho que é basicamente uma relação pedagógica, de parceria, é uma relação bem profissional. [...] com pouquíssimas exceções de entendimento, muito pouca. (P2)

Segundo OLIVEIRA (2014) percebe-se que a função da SRMs não se restringe apenas a ela, mas até a sala comum, apoiando o aprendizado dos alunos. Esta relação com os professores das demais áreas do ensino é essencial para os alunos público-alvo da Educação Especial desenvolverem-se academicamente, porém é algo que ainda não ocorre com a qualidade que se deseja.

A partir disto, notamos a necessidade do diálogo das professoras, tanto da Sala de Recursos Multifuncionais quanto do ensino regular, pois as falas das entrevistadas nos mostram que é de extrema importância estar em constante movimento com os professores de sala de aula, não ficando apenas restrito ao AEE desenvolvido na SRM. Conclui-se, que a uma carência nas redes de apoio, assim como a problemática do Ensino Colaborativo, pois falta esta articulação entre o especialista e o professor da sala regular, havendo assim esta necessidade de firmar uma parceria entre ambos os docentes.

3.1.5. Relação entre os conteúdos trabalhados

Analisando os relatos das professoras percebe-se que estas devem trabalhar em conjunto com os professores do ensino regular e em benefício do aluno.

Eu acho que o trabalho da SRM ele tem que ser vinculado ao trabalho da sala de aula. [...] o trabalho da SRM ele não é um reforço escolar, mas [...] eu tenho que procurar saber o que o professor tá trabalhando [...] quais as dificuldades que esse aluno tá apresentando em sala de aula, o que ele tá conseguindo fazer. A gente tem que saber o que o professor vai trabalhar naquele ano escolar, naquele trimestre o que ele vai explorar pra também desenvolver e trabalhar com essas questões em SRM. (P1)

O desenvolvimento das atividades do professor da SRMs deve cumprir a função de complementação e suplementação. Assim, havendo esta troca de conteúdos e o trabalho colaborativo entre professores contribuirá na formação dos alunos. Na Sala de Recursos Multifuncionais o professor irá desenvolver atividades que contemplem as habilidades necessárias de modo que possibilitem aos alunos a aquisição dos conteúdos trabalhados em sala de aula, não se configurando assim em um reforço escolar (CARDOSO, TARTUCI e BORGES, 2014).

A professora P2 dá ênfase para o trabalho desenvolvido junto com o professor do ensino regular:

O professor do AEE é um profissional dentro da escola o professor do ensino comum é outro profissional cada um tem o seu saber cada um está aqui pra trabalhar com o mesmo aluno. [...] precisa ser melhorado e trabalhado junto com o professor do ensino comum pra ele ser mais direcionado. (P2)

As professoras chamam atenção para que seja um trabalho em conjunto, do mesmo modo que cada uma é um profissional na escola, alertando que o AEE não pode ser confundido com reforço escolar, corroborando com essa discussão OLIVEIRA (2014) coloca:

O papel do AEE é de oferecer procedimentos educacionais específicos para esse público, ou seja, as ações são definidas de acordo com as suas demandas, numa perspectiva de complementar e/ou suplementar o currículo comum, não se configurando em reforço escolar (p. 03).

Assim, ao contrário do que alguns professores do ensino regular pensam, o AEE não é um reforço escolar, e sim serviço de apoio no qual são criadas estratégias e possibilidades de aprendizagem para os alunos público-alvo da Educação Especial.

Portanto, essas estratégias podem ser pensadas a partir dos conteúdos e as necessidades dos alunos trabalhadas em sala de aula, de modo que se perceba as potencialidades de cada aluno nas suas individualidades, fazendo a relação dos conteúdos estudados em sala de aula com a sua realidade a fim de que o aluno internalize os conteúdos desenvolvidos.

3.1.6. O papel do professor da SRMs

As professoras das SRMs, ao serem indagadas sobre o papel do professor da SRMs e se este está bem definido na política dizem:

Eu acho que sim, a partir da Política de 2008 está bem definido o papel do professor do AEE apesar de que a gente ainda tem que acabar atendendo alunos com dificuldades de aprendizagem, com transtornos como a dislexia e isso não tá definido na política. (P1)

Não está. Embora seja citado na política Nacional é preciso que nós, educadores especiais, estejamos sempre repetindo qual nossa função. (P3)

Nesse sentido, notamos que mesmo estando definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a função do professor da SRMs, as docentes têm encontrado dificuldades em estabelecer o seu papel dentro da escola. Percebemos pela fala da professora P1 que a questão do público-alvo da Educação Especial também está definida pela política, porém ainda alunos com dificuldades de aprendizagens não estão estabelecidos para qual profissional deverá ser encaminhado.

Deste modo as professoras atendem estes alunos que não são considerados público-alvo da Educação Especial, pois sabem das necessidades desse público e que também precisam de apoio.

Assim, a professora P3 ressalta uma das funções do papel do professor da SRMs na escola:

O educador especial é um plus para esse aluno, que oferece serviços visando suas potencialidades, ressaltando aquilo que ele sabe e não o contrário. (P3)

É evidente que algumas professoras ainda precisam dizer qual a sua função na escola mesmo estando definida pelos documentos legais que regem a perspectiva da inclusão escolar.

Percebemos que não é fácil definir o papel professor da SRMs no contexto escolar. Por conta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (2008) que aborda a formação inicial e continuada deste profissional de maneira muito ampla. *“Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.”* (PNEEEI, 2008) Perante as suas atividades percebe-se um profissional multifacetado capaz de atender a toda demanda escolar (CABRAL, PACCO, SILVA, BARBOSA e MENDES, 2014).

Por fim, percebemos que o professor de Educação Especial atende em todos os níveis e modalidades da escolarização. Este profissional busca estar diretamente acompanhando o professor do ensino regular, por conta disto há este conflito em definir o papel do professor da SRMs, visto que ele procura adaptar os conteúdos, aproveitando os conhecimentos prévios dos alunos público-alvo da Educação Especial para ensinar ou aproximar os conteúdos trabalhados em sala de aula.

3.2. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NAS SRMS E CLASSES COMUNS

Nesse momento, irei apresentar os aspectos relevantes sobre o funcionamento das salas de recursos em consonância com as classes comuns dividido em três subcategorias, quais sejam:

- ✓ Função da Escolarização
- ✓ Dificuldades encontradas pelas professoras
- ✓ Atividades de vida diária

3.2.1. Função da escolarização

É importante lembrar que a escola seja vista como espaço de aprendizagem para todos os alunos, pois *“A certeza estará por conta da crença no objetivo: acolher todas as crianças, não arrancá-las de seu grupo de colegas com os quais iniciaram a escolarização, proporcionar-lhes o acesso, a permanência e o direito de aprender”* (PENIN, 2009, Apud LIMA, p. 10).

Deste modo as entrevistas afirmam que:

[...] a principal função da escola é a construção da aprendizagem. Claro, que a socialização, a interação, o desenvolvimento do sujeito como um todo é muito importante, mas não se pode perder o foco que eles estão aqui também para aprender. (P1)

A função principal é construir a aprendizagem, a autonomia do sujeito. A sala de recursos tem várias funções, não é só trabalhar a questão do conhecimento com o aluno, a gente tem que tentar produzir materiais, [...] e tentar eliminar as barreiras que possam estar existindo para a escolarização desse sujeito. (P2)

A escola para os alunos público-alvo da Educação Especial visa contemplar a construção da aprendizagem como um todo, academicamente e socialmente, para isto deve-se pensar em consonância com outros professores que atuam com esses alunos, havendo assim um investimento maior na educação.

Portanto, a escolarização para esses alunos possui função pedagógica, a escola é um espaço no qual os alunos irão desenvolver suas habilidades e aprender conhecimentos no qual utilizarão no futuro. Destacando que para tal efetivação da aprendizagem boa parte é desenvolvida em Sala de Recursos Multifuncionais já que é neste ambiente que será trabalhado as necessidades dos alunos. (SANTOS, NASCIMENTO, CRUZ, CIA, MENDES e PASIAN, 2014; CARDOSO, TARTUCI e BORGES, 2014).

Tendo em vista a aprendizagem é imprescindível de modo que esse espaço se organize em função da potencialização das habilidades desses alunos nas salas de recursos e, também, da sala comum.

3.2.3. Dificuldades encontradas pelas professoras

As professoras relatam que com a implementação das SRMs e documentos legais que apontam o papel do profissional da Educação Especial, surgem cada vez mais demandas.

Conforme as falas das professoras entrevistadas a seguir:

[...] o AEE não é a solução para todos os problemas da inclusão parece que implantaram as SRMs e que tá tudo bem, que tá tudo resolvido, [...] eu acho que ele facilita, mas deveriam ter esses centros, deveriam ter mais educadores especiais nas escolas. Porque a demanda de alunos é muito grande e a gente tinha que ter também mais profissionais de outras áreas nas escolas ou senão nesses centros que pudessem dar apoio [...] porque a estrutura da escola ela ainda é muito tradicional. (P1)

A gente consegue dar conta do mais emergencial a gente não consegue dar conta de tudo. Teríamos que ter condições de ficar mais próximo da sala de aula e mais tempo no AEE com o aluno e daí pra isso a gente não poderia ter tantos alunos. (P2)

É perceptível que a pouca carga horária e a numerosa quantidade de alunos é uma dificuldade encontrada entre as docentes. Com isso, acreditam ser necessária a ampliação da carga horária ou mais profissional para melhor atender esta demanda.

Novamente ressalta-se a questão da pouca carga horária deste profissional

[...] a demanda é sempre cada vez maior e esses alunos estão vindo pras escolas, acho que ainda faltam recursos de acessibilidade, como programas pra própria deficiência visual, faltam cursos nessas questões das tecnologias. E também a questão de que é pouca a carga horária do educador especial em cada escola, então a gente tem uma demanda muito grande de trabalho que é diretamente com o aluno, com o professor, com a família, faz os encaminhamentos, então teria que ter um tempo maior. (P1)

Outra dificuldade encontrada pelas docentes é referente aos recursos tecnológicos disponibilizados nas SRMs, pois muitas vezes o material está lá, mas o professor carece de formação para utilizar estes recursos.

Destacamos a seguir a fala da professora P2 na qual se refere às políticas de inclusão e a formação dos professores do ensino regular

[...] uma lição que eu tirei da minha pesquisa de Mestrado é que nessa logística toda da inclusão, quando começou tudo lá com a Declaração de Direitos Humanos, [...] e tem vindo todos os movimentos internacionais e a mudança na estruturação brasileira e a Política por fim agora, Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva nessa esteira da inclusão esqueceram de incluir o professor do ensino comum. Esses estão apenas recebendo os alunos. Muito timidamente os cursos de graduação têm colocado algumas disciplinas nas suas bases curriculares, que o professor sai com alguma orientação muito sensível, não sei se chega a fazer eco quando o professor se forma. Então isso me preocupa muito, é que nessa esteira da inclusão esqueceram de incluir a formação do professor.

Percebe-se aqui que a preocupação desta professora não se restringe apenas a SRM, mas no âmbito escolar como um todo.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (PNEEEI, 2008)

Portanto, percebemos a importância de existir mais disciplinas nos cursos de licenciaturas pensando na perspectiva da educação inclusiva, abordando a temática da Educação Especial, de modo a se repensar as práticas pedagógicas.

Nesta perspectiva, os licenciados que recebem os alunos público-alvo da Educação Especial evidenciam a falta de preparo durante a graduação para lidar com tal situação, porém outros se mostram dispostos a colaborar com o professor da SRMs e a trabalhar em conjunto.

3.2.4. Atividades de vida diária

Percebemos aqui que a escolarização para alunos público-alvo da Educação Especial vai para além de conteúdos de sala de aula. Segundo as professoras, existem casos específicos em que se faz necessário realizar atividades diferenciadas. Em ambas as escolas uma das principais queixas está relacionadas ao que realmente se faz necessário ao aluno aprender, incluindo nestes relatos as atividades de vida diária na qual também é trabalhada em SRMs.

As entrevistadas ressaltam que:

[...] tive alunos no ensino médio com deficiência mental que não sabiam o valor do dinheiro, não sabiam pegar um ônibus e a quem era exigido saber física, química, matemática? Penso ser mais importante nesse caso ensinar as coisas da vida para esse aluno do que as disciplinas escolares! (P3)

[...] uma SRM montada com um mini salãozinho de beleza pra gente trabalhar questões de higiene pessoal [...] uma mini cozinha, um fogão, uma

pia, pra preparar receitas pra ensinar essas “criaturas” a sobreviverem se ficarem sozinhos em casa. [...] mas aí a escola não tem, a gente depende da cozinha, aí a cozinha tem que preparar a merenda de toda escola, não dá... Então a escola não está preparada, o que o aluno com NEE precisa é conhecimentos básicos, de higiene, saúde para a vida, pro cotidiano e a escola não tá preparada pra isso. Não tem autonomia pra isso e não tem verba pra isso. (P2)

Percebe-se conforme os relatos que a escola mantém-se ainda muito tradicional, pensando nos conteúdos curriculares e pouco nos alunos e não cada um com suas individualidades.

Na realização do AEE, as professoras não trabalham apenas os conteúdos e habilidades para o desenvolvimento pedagógico, procuram ainda trabalhar as AVDs (atividades de vida diária), objetivando o desenvolvimento do aluno. O AEE visa atender as necessidades, para que os mesmos possam ultrapassar barreiras encontradas na sala regular e no dia a dia agindo de forma com que eles progridam não apenas na escola, mas sim em suas atividades cotidianas, assim ocorrendo de fato à inclusão destes alunos (REIS e ANJOS, 2014).

Novamente a professora P2 ressalta questionamentos sobre a escola:

[...] a escola só entende escolarização de pessoas, escolarização passar conhecimentos, passar conteúdos de português, de matemática, de química, de física e biologia para os alunos. Esses alunos por vezes não precisam de boa parte do conhecimento da matemática, do conteúdo, não precisam disso, eles precisam reconhecer números, quantidades, associar, trabalhar com dinheiro, então eles não precisam destas coisas do ponto de vista da física, da química [...] Muitos poucos vão fazer uso desse aparato todo que é trabalhado na escola básica [...] (P2)

Acreditam com isso que, para ser possível escolarizar alunos com deficiências seja necessário que as escolas disponibilizassem espaços para o desenvolvimento de atividades de vida diária e atividades de vida prática. Por vezes as atividades de vida diária implicam na aprendizagem, fazendo-se necessário o desenvolvimento destas atividades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta pesquisa foi de extrema relevância para a minha formação como educadora especial, pois conhecer um dos espaços no qual poderei exercer minha docência implica em compreender a grande diversidade que é o contexto escolar.

Com a finalização dessa pesquisa espero ter contribuído com as docentes que atuam na área, com reflexões sobre as práticas que vem exercendo nas escolas de Santa Maria.

A partir das análises das falas das professoras realizadas durante a pesquisa, foi possível perceber o quanto as docentes de ambas as redes de ensino, têm se deparado com as mesmas dificuldades e estão buscando que o seu papel enquanto docentes de Sala Recursos Multifuncionais se efetive no espaço escolar.

Percebe-se assim, que o Atendimento Educacional Especializado oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais tem um papel crucial na aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, constatou-se que conhecer e analisar o funcionamento e a organização das Salas de Recursos Multifuncionais foi de extrema relevância, pois cada escola se organiza de um modo, a fim de dar conta em atender toda a demanda da escola, visto que é um espaço de apoio à escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial.

Pensar sobre o trabalho desenvolvido nas SRMs remete em futuras pesquisas e perceber como estas podem refletir em novas práticas, neste sentido a função da SRMs para alunos público-alvo da Educação Especial tem demonstrado um papel essencial na perspectiva da educação inclusiva.

Desse modo conclui-se, através deste estudo e como futura educadora especial, a importância de conhecer como é organizado o trabalho nas SRMs. Como se dá as interações com os demais profissionais da escola e de outras áreas também, assim como os processos que são desenvolvidos para a efetivação e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. L. O., AZEVEDO, T. M. P., CASTRO, S. F. **Cartografia Escolar e Pesquisa Educacional: Aliadas no Planejamento das Ações da Educação Especial – PIBID/UFMS**, 2014.

ALVES, M. D., GUARESCHI, T., SILUK, A. C. P. **Formação de Professores para O Atendimento Educacional Especializado. Módulo II: Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. - Santa Maria: Universidade Federal De Santa Maria, 2012.

BATISTA, C. A. M., MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado Para Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação/ Presidência da República. **Programa Viver sem Limites**. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011b. Brasília: MEC/PR.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Resolução nº 04. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica** nº 9/2010, de 9 de abril de 2010. Brasília: MEC/SEESP, 2010b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

CABRAL, L. S. A., PACCO, A. F. R., SILVA, É. R. M., BARBOSA, T. M. A. F., MENDES, E. G. **Salas de Recursos Multifuncionais Sob A Perspectiva de Professores e Gestores do Município De São Carlos-SP: Formação em Foco**. Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

CARDOSO, C. R., TARTUCI, D., BORGES, W. F. **Atuação Docente, O Funcionamento e o Papel do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais**. Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

LIMA, S. R., MENDES, E. G. **Escolarização da Pessoa com Deficiência Intelectual e Terminalidade Específica do Ensino Fundamental: A Finalidade Legal e a Expectativa Familiar**. GP-FOREESP, PPGEEs/UFSCar, São Paulo/SP, 2009.

MANZINI, E. J. **A Entrevista Na Pesquisa Social**. Didática, São Paulo. V. 26/27, P. 149 – 159, 1990/1991. Disponível Em: <[Http://Www.Eduinclusivapesq-uerj.Pro.Br/Images/Pdf/Manzinisaopaulo1990.Pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/Manzinisaopaulo1990.pdf)>

MENDES, E. G. **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**. Projeto de Pesquisa – Observatório da Educação, edital Nº 38/2010 CAPES/INEP. Brasília, 2010.

MILANESI, J. B. **Organização E Funcionamento Das Salas De Recursos Multifuncionais Em Um Município Paulista**. 2012. 183 F. Dissertação (Mestrado Em Educação Especial) – Programa De Pós-Graduação Em Educação Especial Da Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2012.

MILANESI, J. B., MENDES E. G. **Funcionamento e Desdobramentos do Atendimento Educacional Especializado: A Dinâmica de Rio Claro/SP** Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., NETO, O. C., GOMES. R. **Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade**. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, A. P., OLIVEIRA, I. A, RABELO, L. C. C. **Atendimento Educacional Em Salas De Recursos Multifuncionais de Escolas da Rede Municipal de Marabá-Pará**. Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

OLIVEIRA, R. I., PEREIRA, R. M. F., HERNANDEZ-PILOTO, S. S. F. **As Narrativas dos Professores do ONEESP sobre O Atendimento À Infância e À Juventude dos Sujeitos com Deficiência**. Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial Na Perspectiva Da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal Do Ceará, 2010.

SANTOS, V., NASCIMENTO, B., CRUZ, T. M. C., CIA, F., MENDES, E. G., PASIAN, M. S. **Organização e Funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais do Município de São Carlos**. Anais do 3º EONEESP - Encontro do Observatório Nacional de Educação Especial. São Paulo/SP: UFSCar, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Acessibilidade No Lazer, Trabalho e Educação**. Revista Nacional De Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, Mar./Abr. 2009, P.

10-16. Disponível Em: < [Http://Www.Apabb.Org.Br/Admin/Files/Artigos/Inclusao%20-%20acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf](http://Www.Apabb.Org.Br/Admin/Files/Artigos/Inclusao%20-%20acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf)>

Anexo A –

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL



DISCIPLINA: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
2º SEMESTRE DE 2014

Roteiro de entrevista com professores de Salas de Recursos Multifuncionais**I. IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:

Idade:

E-mail:

Telefone:

II. FORMAÇÃO ACADÊMICA

| ENSINO MÉDIO | | |
|--------------------------|--------------|------------|
| Curso: | Instituição: | |
| Magistério () | Pública () | Ano de |
| Ensino Médio regular () | Privada () | conclusão: |
| SUPERIOR | | |
| Curso: | Instituição: | |
| (Presencial () | | |
| (À distância () | Pública () | Ano de |
| | Privada () | conclusão: |
| Outro curso () | Instituição: | |
| Qual: | | |
| Presencial () | Pública () | Ano de |
| À distância () | Privada () | conclusão: |
| PÓS-GRADUAÇÃO | | |
| Lato Sensu () | Instituição: | |

| | | |
|--|---|------------------|
| (especialização) | | |
| Curso: Presencial () À distância () | Pública: () Privada: () | Ano de conclusão |
| <i>Strictu Sensu</i> () (mestrado e doutorado) | Instituição: UFSM | |
| Curso: Presencial () À distância () | Pública: () Privada: () | Ano de conclusão |
| CURSOS EXTRAS | | |
| Curso: | Instituição: | |
| Tipo de curso: Carga horária: | Pública: () Privada: () Presencial () À distância () | Ano de conclusão |

III. ATIVIDADES

- a) Qual o nome da(s) instituição(s) escolar em que trabalha:
- b) Cargo ocupado:
- c) Carga horária:
- d) Tempo de atuação nesse cargo:
- e) Tempo de atuação nessa rede de ensino:
- f) Tempo de atuação na educação:
- g) Atua em outra escola? Outra rede de ensino? Qual a carga horária?
- h) Quantos alunos você atende ao todo:

EIXO TEMÁTICO 1: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR

- 1) Nós queremos saber como você ingressou na área da Educação Especial?
- 2) Como foi a sua formação inicial?
- 3) Como foi a formação continuada?
- 4) A política de inclusão escolar trouxe ou não novas demandas para a formação dos professores de educação especial? Em caso positivo, quais?
- 5) Para atuar nas salas de recursos o professor especializado precisa ou não de formação continuada? Em caso positivo, de quais tipos?
- 6) Como você acha que deve ser a formação inicial de professores de salas de recursos?
- 7) Como você acha que deve ser a formação continuada de professores de salas de recursos?
- 8) Você se sente apta para oferecer o AEE em salas de recursos para alunos de qualquer nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior)?
- 9) Você se sente apta para oferecer o AEE em salas de recursos para qualquer tipo de aluno (com eficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação)?
- 10) Você considera que o papel do professor da salas de recursos está ou não politicamente bem definido? Justifique sua resposta.
- 11) Você sente desejo ou necessidade de aprender mais sobre seu trabalho? Em caso positivo que demanda você teria de formação?
- 12) Você se sente ou não satisfeita com sua escolha profissional? Justifique sua resposta.

EIXO TEMÁTICO 2: ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NAS SRMS E CLASSES COMUNS

- 1) De modo geral qual é a função da escolarização para alunos com NEEs? O que a escola tem condições e oferecer a eles?
- 2) E qual é a função do AEE oferecido em SRMs? E a função da classe comum?

- 3) Em geral, o encaminhamento inicial do estudante é feito por quem: pais, professores, outro profissional? Por exemplo: quem informa inicialmente que o estudante é suspeito de ter alguma condição que precisa ser avaliada?
- 4) Quais são as NEE dos alunos atendidos? Há laudo? (se a resposta for positiva, nos informe por quem e de que forma este laudo foi feito).
- 5) Qual é o objetivo do AEE para alunos com:
 - a. Transtornos globais de desenvolvimento
 - b. Superdotação/altas habilidades
 - c. Deficiência intelectual
 - d. Deficiência visual
 - e. Deficiência auditiva
 - f. Deficiência física
 - g. Deficiência múltipla
- 6) Como é organizado o tempo, turnos e horários nos ambientes destinados a este serviço de apoio?
- 7) Descreva as principais atividades desenvolvidas neste serviço de apoio?
- 8) Descreva especificamente o tipo de atividade que você desenvolve na SRM com alunos com:
 - a. Transtornos globais de desenvolvimento
 - b. Superdotação/altas habilidades
 - c. Deficiência intelectual
 - d. Deficiência visual
 - e. Deficiência auditiva
 - f. Deficiência física
 - g. Deficiência múltipla
- 9) Como é organizado o tempo nas SRMs para os alunos?
 - Descrever a organização da agenda, quantos alunos são atendidos por dia/semana/mês
 - Qual a duração do atendimento
 - Avaliar se o tempo disponível é suficiente para os alunos
 - Especificar se o atendimento é individualizado, em grupo ou misto.
- 10) Como tem sido as presenças/ausências dos alunos com NEES na classe comum?

11) O AEE sempre é ofertado em SRMs no contraturno? OU seja, você tem aluno que sai da classe comum para frequentar a SRM? Em caso positivo quais são os motivos?

12) Em que medida o AEE ofertado em SRMs no contraturno atende as necessidades diferenciadas de todos os estudantes com NEEs?

13) O trabalho na SRM permite algum tipo de atuação fora de sala com

- Os professores da classe comum - como isso é feito ?

- Com as famílias dos alunos?

14) Descrever se há intercâmbio com outros profissionais que atuam com o aluno

EIXO TEMÁTICO 3: Relação com a escola

1) Que limites e possibilidades oferecem as SRMs como serviço de apoio para todos os tipos de alunos?

2) Você acredita que as SRMs é suficiente para responder as necessidades dos alunos com NEEs? Em caso negativo, onde mais pode ser ofertado o AEE?

3) Como você avalia a qualidade do serviço do AEE ofertado em SRMs?

4) Os alunos com NEEs permanecem toda a jornada dentro da classe comum? Frequentam a classe comum todos os dias da semana?

5) Há diferença nas presenças/ausências dos alunos com NEEs na classe comum e na SRM?

6) Que relação existe entre o trabalho desenvolvido pelo professor da classe comum e o professor da SRMs?

7) Que relação existe entre o currículo da SRMs e das classes comuns que o aluno frequenta?

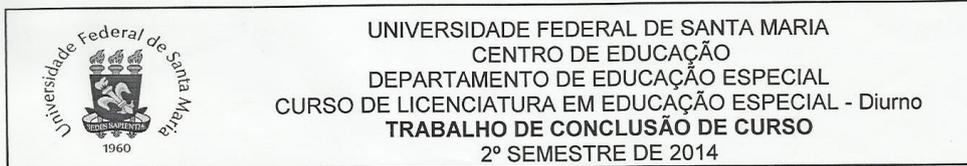
8) No caso de alunos não alfabetizados de quem é a responsabilidade por alfabetizá-los?

9) Como é a sua relação com os professores das classes comuns?

10) Apresente suas considerações e/ou sugestões em relação a outros aspectos que não tenham sido complementados nesse questionário (inclusive mencionando outras ações, serviços e/ou recursos que por ventura não foram citados)

Anexo B –

1

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Nós, ANDRESSA MAKOSKI MACHADO e SARINE GONCALVES DA SILVA, estudantes de Graduação em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estamos realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com intitulada provisoriamente “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais” e “Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais”, respectivamente, sob orientação da Professora Doutora Sabrina Fernandes de Castro. A pesquisa é composta por uma entrevista, adaptada do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) (MENDES, 2012). A referida entrevista tem o total de trinta e seis perguntas, sendo necessário cerca de 40 minutos para respondê-la.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a instituição. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo. Poderá haver desgosto em alguns momentos com relação ao tempo despendido para responder a entrevista e alguns assuntos abordados. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação Especial. Assim, os dados obtidos na entrevista serão apresentados em forma de trabalho de conclusão de curso e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

Eu, declaro aceitar participar da pesquisa e também declaro estar ciente de que minha participação é voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que a minha identidade será preservada. Alego que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. As pesquisadoras me informaram que o projeto faz parte do seu TCC, do curso de licenciatura em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, 06 de outubro de 2014.

Assinatura do participante

Andressa M. Machado

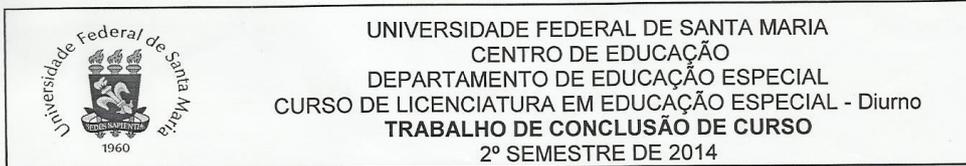
Andressa Makoski Machado
(55) 9627 - 4624
Acadêmica

Sarine G.

Sarine Goncalves Da Silva
(55) 9188 - 9042
Acadêmica

Sabrina C.

Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Fernandes de Castro
(55) 8428-8330
Orientadora



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, ANDRESSA MAKOSKI MACHADO e SARINE GONCALVES DA SILVA, estudantes de Graduação em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estamos realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com intitulada provisoriamente “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais” e “Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais”, respectivamente, sob orientação da Professora Doutora Sabrina Fernandes de Castro. A pesquisa é composta por uma entrevista, adaptada do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) (MENDES, 2012). A referida entrevista tem o total de trinta e seis perguntas, sendo necessário cerca de 40 minutos para respondê-la.

Você esta sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a instituição. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo. Poderá haver desgasto em alguns momentos com relação ao tempo despendido para responder a entrevista e alguns assuntos abordados. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação Especial. Assim, os dados obtidos na entrevista serão apresentados em forma de trabalho de conclusão de curso e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

Eu, declaro aceitar participar da pesquisa e também declaro estar ciente de que minha participação é voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que a minha identidade será preservada. Alego que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. As pesquisadoras me informaram que o projeto faz parte do seu TCC, do curso de licenciatura em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, 02 de outubro de 2014.

Assinatura do participante

Andressa M. Machado
Andressa Makoski Machado
(55) 9627 - 4624
Acadêmica

Sarine G.
Sarine Gonçalves Da Silva
(55) 9188 - 9042
Acadêmica

Sabrina Castro
Profª. Drª. Sabrina Fernandes de Castro
(55) 8428-8330
Orientadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - Diurno
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
2º SEMESTRE DE 2014

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, ANDRESSA MAKOSKI MACHADO e SARINE GONCALVES DA SILVA, estudantes de Graduação em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estamos realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com intitulada provisoriamente “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais” e “Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncionais”, respectivamente, sob orientação da Professora Doutora Sabrina Fernandes de Castro. A pesquisa é composta por uma entrevista, adaptada do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) (MENDES, 2012). A referida entrevista tem o total de trinta e seis perguntas, sendo necessário cerca de 40 minutos para respondê-la.

Você esta sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a instituição. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo. Poderá haver desgasto em alguns momentos com relação ao tempo despendido para responder a entrevista e alguns assuntos abordados. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação Especial. Assim, os dados obtidos na entrevista serão apresentados em forma de trabalho de conclusão de curso e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

Eu, declaro aceitar participar da pesquisa e também declaro estar ciente de que minha participação é voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que a minha identidade será preservada. Alego que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. As pesquisadoras me informaram que o projeto faz parte do seu TCC, do curso de licenciatura em Educação Especial, diurno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, 02 de Outubro de 2014.

Assinatura do participante

1960
Andressa M. Machado
Andressa Makoski Machado
(55) 9627 - 4624
Acadêmica

Sarine G.S.
Sarine Gonçalves Da Silva
(55) 9188 - 9042
Acadêmica

Sabrina Castro
Profª. Drª. Sabrina Fernandes de Castro
(55) 8428-8330
Orientadora